

Imaginário popular e Geografia do Brasil: prolegômenos ao desencontro entre o folclore e o marxismo

Gilberto Felisberto Vasconcellos*

Ainda está para ser realizada pesquisa em âmbito acadêmico que investigue a contribuição de Luís da Câmara Cascudo ao estudo de Geografia no Brasil. Neste artigo limitar-me-ei a algumas notas e observações a partir da leitura de Geografia dos Mitos Brasileiros, livro extraordinário publicado em 1948, cuja originalidade deve ser posta em destaque por ter estabelecido as conexões entre o fabulário popular e os espaços geográficos do país. Destarte, o grande escritor e infatigável pesquisador potiguar sempre enfatizou que a coordenada geográfica era fundamental em sua reflexão sobre o Brasil nos 150 livros que escreveu, justificando com isso o motivo de nunca ter deixado a cidade de Natal para ir morar alhures, embora não lhe tivessem faltado convites sedutores.

Tenho cá minhas dúvidas se em seu caso é apropriada a classificação de “regionalismo”; todavia é inegável a importância atribuída por ele à categoria da “região”, a exemplo de seu livro Cultura e Civilização, no qual assinala que o homem é psicologicamente regional e fisiologicamente universal, alertando que todo homem possui coração, mas o ritmo cardíaco é diferente em cada um, de modo que é impossível compreender os mitos criados pela imaginação popular – jurupari, curupira, caipora, sacy-pererê, boi-tatá, lobisomem, etc. – sem levar em conta a inserção regional, ou melhor, as diferenciações regionais destes Brasis, o que indica que a mentalidade popular, antes de ser alguma entidade nacional, tem suas raízes e particularidades em cada região. Isso dito assim pode soar óbvio ou acasiano demais; contudo é mister por em relevo que um dos vícios das ciências sociais entre nós é

* Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG.

teorizar a relação do Brasil com o mundo sem que o fator região seja objeto de análise, ao contrário do que ocorre com o procedimento triádico de Luis da Câmara Cascudo: região, nação e mundo.

Geografia e história andam juntas, todavia no clássico livro de Cascudo existe algo mais: a reflexão sobre o significado cultural do espaço geográfico a partir do imaginário popular. Do Acre ao Rio Grande do Sul. Fixando os mitos primitivos e gerais, indígenas, europeus e africanos e suas diferenciações regionais com mudanças de nomes, a exemplo do lobisomem que pode ser chamado napinguari na Amazônia e mula de padre ou fogo corredor em Alagoas, ou senão ganhar o nome de Batação no Maranhão.

Vejamos o que diz Cascudo sobre a região de Santa Catarina. Escreve ele: “O território de Santa Catarina era domínio dos guaranis na costa. Para o interior, erizado de serras e aclives, enovelavam-se tribos Gês, estendendo correrias para São Paulo, através do Paraná, para o Sul em terras platinas. O núcleo inicial do povoamento europeu foi constituído por onze naufragos numa nau de João Dias de Solis. Desses nomes sabemos o nome de alguns. Henrique Montes, português, Melchior Ramirez, castelhano, Francisco Pacheco, negro ou mulato, Aleixo Garcia e Francisco Fernandez, possivelmente castelhano também, e a meia dúzia de companheiros, foram a força provocadora”.

Detalhe apontado por Cascudo: esses naufragos (português, negro e castelhano) casaram com mulheres guaranis. A propósito desse conúbio, cita o historiador Lucas A. Boiteux, História de Santa Catarina, “dando origem a uma nova sub-raça conhecida entre os silvícolas pelo apelido de Carijó (Carai-Yoc), que significa, arrancando do branco mestiço”.

Em Santa Catarina o útero guarani é o mesmo que em todos os lugares do Brasil, conforme dirá Darcy Ribeiro em O Povo Brasileiro, ao sublinhar a predominância no homem brasileiro do ventre indígena, dada a escassez das mulheres reinóis nos primórdios da colonização. Continua Cascudo: “Terra de ação paulista, Santa Catarina foi teatro de lutas para o fortalecimento do gentio à escravaria bandeirante. Mas os mansos encargos agrícolas absorviam a vida dos colonos. Vieram muitos, de São Paulo e, no

século XVIII, levas de açorianos e madeirenses que fundavam povoações. A história local, fortemente ligada aos acontecimentos militares da colônia do Sacramento, sofria o fluxo e o regresso das grandes ondas políticas da época”.

Até o século XVIII, Santa Catarina é palco da fusão de aborígenes guaranis, açorianos e madeirenses; somente no século XIX é que vieram os alemães. A base da economia santa catarinense é a agricultura tornada extrativa, erva-mate, madeira, gado. Eis a particularidade sócio-cultural de acordo com Luis da Câmara Cascudo: “Santa Catarina, livrando-se do ciclo do açúcar e dos sortilégios das minas de ouro e cascalho diamantino, não possuiu tantos escravos. Em 1890 a porcentagem negra era de 4,80, para 84,79 de brancos, 7,11 de mestiços”. Daí para o imaginário Cascudo, enfatizar a relação assimétrica entre população e mito: “A multidão indígena, aniquilada pelas fugas e mortes ou repelida para os confins da região, raros traços deixou. Os mitos indígenas não são os de caráter geral assim como os europeus. Os mitos locais apresentam muita aproximação com os deixados pelos colonos portugueses em suas terras de origem. Como para o Paraná, alemães e poloneses não mudam a direção da torrente. Engrossam-lhe o volume das águas com a tributação dos mitos nacionais. Assim, em terra de homens brancos, com a menor porcentagem de sangue africano, o mito mais prestigioso e falado é o boi-tatá”. Cascudo se baseia nas informações do folclorista sulista Crispim Mira para afirmar que nenhum mito é peculiar à região de Santa Catarina, alguma coisa específica que não fosse encontrada em outros lugares brasileiros. O que vinga em Santa Catarina é o boi-tatá, simultaneamente cobra de fogo, cavalo-marinho, pássaro, touro gigante com olho enorme no meio da testa. Assim, acerca da persistência do boi-tatá em Santa Catarina, assinala Luís da Câmara Cascudo: “Esse vestígio indígena, ainda dominante, demonstra maior aproximação entre os dois povos na manha da formação étnica. Ante os atuais 90% de brancos, o boi-tatá resiste, espalhando assombros como um dragão das estórias de Grimm.”

Empenhado em estabelecer a relação étnica nos mitos brasileiros, Cascudo pesquisará o que prevalece etnicamente na cultura popular brasileira a partir das matrizes ameríndias, ibéricas e

negras, chamando a atenção para a mistura, jurupari, curupira, anhangá, boi-tatá, lobisomem, mula-sem-cabeça, mães d'água. “Não há nenhum que se arrogue a ter imunidade. Mito negro apenas atino com o Kibungo. Europeu puro, não avistei. Indígena 10%. No máximo ou no mínimo, são continentais”. Disso decorre por exemplo que a persistência do boi-tatá em Santa Catarina está longe de significar que a base da cultura popular aí seja indígena. Informa Cascudo a respeito da enorme sinonímia do boi-tatá brasileiro, boi-tatá, bitatá, batatá, baitatá: “O nboitatá tupi-guarani está atualmente despersonificado como entidade aborígine. O batatão, batatá (Basílio da Gama registra batatal, ouvido em Minas Gerais) é inteiramente um mito europeu. É apenas o Feu follet...”

O livro *A Geografia dos Mitos Brasileiros* é fundamental na vasta bibliografia cascudiana porque lhe reforçou a idéia que vinha desde os seus primeiros estudos de folclore realizados na década de 20, de que a base da cultura popular no Brasil, ao contrário do que afirmaram indianistas e africanistas, é euroibérica. Ele fixou assim a escala etnológica da cultura popular: 5 portugueses, 3 indígena e 1 africano. Isso foi estabelecido para todas as manifestações da cultura popular, alimentação, música, religião, feitiçaria, superstição, etc. Em *Geografia dos Mitos Brasileiros* ele assinala que na Amazônia a base não é indígena, assim como na Bahia a base não é afro. “Na Bahia os mitos de maior divulgação pertencem aos europeus e indígenas”. *A Geografia dos Mitos Brasileiros* não é um livro de intenção polemística, mas é evidente que seu autor tinha conhecimento de que estava remando contra a maré no âmbito dos estudos sobre cultura popular. “Depois dos livros de Nina Rodrigues, Artur Ramos, Manuel Querino, Edson Carneiro a religião dos afro-brasileiros baianos está sendo clareada e podemos calcular o infinito de seu alcance na psicologia do mestiço. Mas o mito, na relação de seu processo de presença e finalidade, deve, rara, fortuita, parcamente, ao negro, na própria terra baiana”. O volume de escravos e negros não determinou a amplidão da influência negra na cultura popular. É curioso como da década de 40 em diante vai crescendo a mistificação da baianidade tida por máxima expressão cultural popular do elemento afro, que começa com Jorge Amado, atravessa a

Tropicália da década de 60, para culminar hoje em dia, sempre sob a badalação da mídia, na axémiuziqui multinacional.

As conclusões das pesquisas de Luis da Câmara Cascudo acerca da cultura popular seguem outras veredas e caminhos, não por imperativo dogmático, partidário ou por uma idéia fixa de querer provar de antemão alguma coisa. “Doutor em preto”, como ele mesmo se autodefiniu, autor do estupendo livro *Made in África*, privando da amizade dos maiores intelectuais entendidos em África, o fato é que Luis da Câmara Cascudo – depois de revirar ao avesso a cultura popular – refuta a formulação que entrega ao negro “o domínio mental da nossa psicologia religiosa e popular”. Tolice dizer que isso traduz racismo ou senão elitismo; afinal, trata-se de um autor que dedicou a vida inteira a ouvir e pesquisar o povo brasileiro.

Sobre a relação entre a dialética marxista e a disciplina do folclore, é preciso deixar claro que regionalismo não é necessariamente apanágio de intelectual conservador, reacionário e antiprogressista. Ao contrário do preconceito repercutido pelos cursos de ciências sociais, a “ciência do povo” não é a favor do imobilismo social. A dialética marxista, por outro lado, não deve ser encarada como um método ou um saber antitradição, sobretudo se o vocábulo tradição for entendido como sinônimo de transmitir – tradere : transmissão oral. É óbvio que os folcloristas não torcem por uma manutenção do analfabetismo, conquanto os autores marxistas no Brasil, investindo contra a mentalidade ágrafa do povo, acabam por valorizar excessivamente a escrita e a letra. O estudo do folclore é de grande valia para nos revelar como os marxistas entre nós herdaram o legado fetichista da escrita, embora o país seja quase aquele mesmo em que Machado de Assis aconselhava os escritores a prestar atenção aos pregões de rua.

Longe de mim a intenção de sugerir que os estudiosos do folclore sejam todos conhecedores privilegiados da totalidade social. Na verdade, eles não têm a menor ambição de materializar o acervo popular na prática do Estado, resultando daí um inegável alheamento da disciplina do folclore no tocante ao Estado e à sua política cultural.

Não há notícia, mesmo antes da intervenção militar de 1964, de nenhum projeto na área educacional que ambicionasse

inscrever o lore do povo como filosofia ou modelo de Estado, não obstante o pacto orfeônico de Villa Lobos com Getúlio Vargas e as iniciativas pedagógicas de Anísio Teixeira, o precursor (junto com o mestre Agostinho da Silva) dos atuais CIEPs mentalizados pelo antropólogo Darcy Ribeiro.

Na década de 1930, Mário de Andrade falava da necessidade de estabelecer as conexões entre o erudito e o popular; todavia não apareceu até hoje o desideratum de converter o folclore na principal via de desenvolvimento nacional. A tarefa de salvar o material folclórico foi magistralmente cumprida pelo etnólogo Luis da Câmara Cascudo, entre o período de 1917 e 1980, coligindo, classificando cientificamente, interpretando as tradições populares no Brasil. Arquitetura, alimentação, vestuários, artesanato, saúde, lazer, etc.

Folclore, já dizia Edson Carneiro, não é somente “survival”, sobrevivência, vestígio do passado, relíquia. Lamentavelmente quando se fala em política cultural, o vocábulo popular é tomado no sentido demasiadamente estreito, valendo sinônimo de operário, marginal, de lumpen, de descamisado, etc. Acontece todavia que a idéia de um Estado com determinada política cultural extraída do folclore tem, diante de si, a tarefa democrática de coordenar as várias mentalidades entre as classes sociais heterogêneas. A propósito, convém lembrar que não se pode falar de folclore em sociedades constituídas apenas de tribos selvagens. A alternativa do folclore como modelo de desenvolvimento cultural, hipótese que já estava delineada nos escritos de um Silvio Romero ou um Mario de Andrade, vai além da rígida antinomia entre a proposta “populista” e a “elitista”, antinomia que dá o tempero ideológico às discussões sobre o Estado e cultura nas últimas décadas, em que se observa nos discursos dos partidos políticos (de esquerda, de direita, da social-democracia) a posição unânime contra o “dirigismo cultural de Estado”, cuja fórmula pode ser assim resumida: ao Estado não compete criar cultura, mas sim fornecer as condições econômicas para a criatividade cultural das camadas populares.

A respeito dessa alergia cultural contra a intervenção do Estado, convém saber se tal atitude é solicitada por relações concretas entre o Estado e a sociedade no Brasil, ou se não passa

de mais uma ideologia mimética de outras experiências históricas, a exemplo do que ocorre entre nós com o debate centrado na contraposição entre “privatismo” e “estatismo”.

É raro encontrar folclorista contemporâneo que não rejeite a priori a proposta de um Estado em que a “ciência do povo” seja filosofia ou modelo de desenvolvimento nacional. Aos especialistas do folclore soa heresia conceber o lore do povo materializado nas instituições oficiais do Estado, pois eles estão firmemente convencidos de que a condição ontológica da cultura popular é o seu caráter não-oficial, portanto à margem da ingerência do Estado.

Convém não esquecer que o folclore é um canal da solução popular na vida civilizada, de modo que nada impede que o Estado surja como instrumento dessa solução democrática nos domínios da saúde, educação, habitação, etc. Acrescente-se que o Brasil é um país que possui uma língua do folclore (léxico, dicionário), oferecendo assim à alternativa cultural popular uma importante estratégia de combate ao monopólio da comunicação de massa, além de contribuir para alargar o campo da investigação sociológica sobre a mídia, posto que aponta os limites da abordagem “integrada”, “apocalíptica”, “frankfurtiana”, “marxista”, “pós-moderna”, sobretudo no tocante ao aspecto da particularidade do desenvolvimento da mídia no Brasil. Tais abordagens sociológicas sobre a comunicação de massa não tematizam nunca a vertente cultural do folclore; elas tendem a operar quase exclusivamente com a dualidade da “cultura popular” e da “cultura de massa”. Destarte, tais abordagens não esclarecem o sentido da palavra popular, mesmo quando a substitui pela expressão “indústria cultural”, não diferenciando por conseguinte o que é folclore e o que é popular na cultura brasileira contemporânea. Ora, nem tudo o que é popular é folclore; assim não diferenciar uma coisa da outra traz o risco da investigação sociológica não oferecer paradigma que não seja determinado pelo monopólio eletrônico da comunicação. O uso e abuso da categoria “indústria cultural” acaba por subordinar à noção numérica de massa, através do argumento segundo o qual na era da internacionalização imperialista da cultura, o povo é uma noção romântica, anacrônica, imprecisa, sentimental.

Ao prefaciar seu clássico *Geografia dos Mitos Brasileiros*, de 1949, Luis da Câmara Cascudo deixou claro que estava fazendo enorme esforço para salvar o material; depois estudar-se ia, quem sabe no futuro haveria de chegar a hora de materializá-lo nas instituições e organismos de Estado. “O povo merece respeito em sua vida”, escreveu o mestre potiguar em 1981, chamando nossa atenção para a abrangência do folclore, que inclui a jangada, o carro de boi, o avião a jato.

Estou ciente de que um projeto folclórico de desenvolvimento esbarra com a célebre frase do antropólogo Marcel Mauss: “É popular o que não é oficial”. É preciso também precaver-se contra o sarcasmo que acaba por estigmatizar romântica a idéia de ver o folclore nos aparelhos ideológicos de Estado. Acrescente-se o outro lado não menos problemático da questão, que é confinar a cultura popular a um domínio perpetuamente à margem do Estado. Tal maneira de situar a cultura popular revela muitas vezes o mesmo preconceito daqueles autores para quem a indústria, ou a tecnologia, mata a experiência folk. Ora, a mesma coisa deve ser observada em relação a uma práxis política do folclore, em que o Estado não é necessariamente o coveiro da sabedoria popular, sobretudo em sociedade submetida ao monopólio televisivo de massa.

Cumpra por fim a inércia mental que considera o folclore como material economicamente inútil. Vale dizer que não é por acaso que Luis da Câmara Cascudo, durante 50 anos, pesquisou a *História da Alimentação no Brasil*, obra-prima que deve ser lida como se fosse uma espécie de economia política da refeição popular. Sem menosprezar a análise marxista baseada na fome, como é o caso do inesquecível Josué de Castro, a ênfase da *gaya ciência* focaliza a comida cotidiana desde o século XVI.

Desse estudo, aliás décadas de estudo para elaborar alguns de seus livros, eis a conclusão: “nenhum mito regional juntando traços que o vinculem ao local de sua atuação. O sinal distintivo é apenas a exigência de meios físicos, águas, árvores, terras ou ares. Nunca solicitam a um determinado lugar a razão de sua existência miraculosa. Os nossos são mitos movimento, de ambulação, porque recordam os velhos períodos dos caminhos, dos rios, das bandeiras, de todos os processos humanos de penetração e vitória

sobre a distância. Quase sempre são muitas, cujas atividades é aprovar quando passam. “Curupiras, caiporas, mapinguanis, sacis, lobisomens seriam ineficazes em atitude hirta, como uma parada de monstros”.

Esse caráter infixo, ambulatório dos mitos assume um traço nacional, como a viagem em todo território do boitató clamando e fugindo. Dir-se-ia, para falar em termos anagramáticos, um folkinético: o folclore em perpétuo movimento. “Vivem os nossos mitos, como na teoria das vozes comunicantes, em viagem ininterrupta, do Acre ao Rio Grande do Sul, dos araxás goianos à sombra dos pinheiros de Santa Catarina e Paraná, das montanhas de Minas Gerais aos tabuleiros do Nordeste, do sertão da Bahia aos buritizais maranhenses”.

Os mitos pavorosos e atuantes viajam sem transporte, cavalo, carro de boi, trem, automóvel, avião; eles simplesmente se deslocam de norte a sul, tal qual o mito do lobisOMEM que troteia às sextas-feiras pelos Brasis inteiros. É evidente que ao escrever na década de 40 *A Geografia dos Mitos Brasileiros*, livro originalíssimo na literatura brasileira, Luis da Câmara Cascudo tinha consciência que estava se referindo aos tempos de antes do rádio, do cinema e da favela, conforme escreve no prefácio datado de 1940: “É de se esperar que se compreenda que folclore é no Brasil atual a exigência de palavra material, o mais avultado, o mais longínquo, para livrá-lo da influência do cinema e do rádio propagador da favela e Morro da Viúva. Depois, estudar-se-à”.

A advertência é feita durante o Estado Novo e Segunda Guerra Mundial, época em que o marxismo estava no auge do conflito ideológico no mundo: socialismo, fascismo, União Soviética stalinista. Encontrei na obra de Cascudo somente uma frase marxista, de autoria do Lênin (“sem promessa não há revolução”) citado no livro *A Religião no Povo*. Intelectualmente o folclorista do Rio Grande do Norte não deu demasiada importância ao marxismo nem ao freudismo e tampouco aos vanguardistas artísticos do início deste século. Contemporâneos, o marxismo e o folclore parece que não se cruzam, com exceção de Edson Carneiro, entendido em umbanda, amigo e colaborador no *Dicionário do Folclore Brasileiro*.

A palavra de ordem do folclore, que é a solução popular na vida civilizada, não converge com o raciocínio da luta de classes e do valor de troca. A cultura popular dissolve os limites de classe social. É difícil falar em mais valia a propósito do sacy-pererê. O interesse cascudiano pelo folclore é anterior à Semana de Arte Moderna e à revolução de 30. Acrescente-se por outro lado, que também não há convergência entre folclore e liberalismo, a despeito da simpatia pessoal de Cascudo pela monarquia e catolicismo. Sua fixação no estudo de Conde D'eu, aliás personalidade que nunca ganhou popularidade entre nós, não significa que a disciplina do folclore seja monárquica. A posição política subjetiva não afeta em nada a investigação científica da cultura popular compreendida por Luis da Câmara Cascudo, que não fez profissão de fé em torno do nacionalismo ou terceiro-mundismo, mas também esteve mui longe de ser um intelectual colonizado a favor do imperialismo. A neutralidade política, passando ao largo de 1937, 1945, 1954 e 1964, é uma informação absolutamente secundária para o nível de conhecimento revelado pela sua pesquisa acerca do povo brasileiro. Sua equidistância ou indiferença mantida em relação ao marxismo não compromete o grau de objetividade de sua investigação sobre a civilização brasileira; no entanto vale a pena salientar em que a perspectiva do folclore não se afina com o marxismo e vice-versa, embora entre as duas disciplinas exista em nenhuma o interesse humanista pela experiência popular.

Nos cursos de Ciências Sociais, sobretudo Antropologia e Sociologia, prevalece a noção imbecil de que o folclore é um documentário de curiosidades exóticas, por conseguinte não atinam para o fato de que o folclore em Luis da Câmara Cascudo é a ciência direta e antidemagógica da cultura popular.

A palavra “tradicional” vira sinônimo de velharia, anacronismo, espécie de suporte conservador de manutenção dos privilégios sociais, zeladora das sesmarias oligárquicas, ostentando a imobilidade a-histórica, contrapondo-se à noção progressista de “mudança social”, que se associa ao mundo urbano, enquanto a tradição identifica-se ao mundo rural. Assim está sedimentada intelectualmente a humilhação da regionalidade. Ora, se a psicologia da gente brasileira (afinal nossa unidade é menos étnica

do que psicológica?) tem inserção regional, então é impossível falar do Brasil sem aprofundar o ethos da região, pois muitas vezes a tal conexão direta entre nação-e-mundo não passa de um frustrado sonho adolescente revelador do arraigado complexo intelectual de inferioridade colonial.

A palavra folclore foi criada na Inglaterra por um tal de William Thornus em 1846, na época em que Karl Marx estava no auge de sua atividade intelectual, escrevendo os manuscritos econômicos e filosóficos, publicando dois anos depois, em parceria com Engels, o Manifesto do Partido Comunista. O marxismo e o folclore estiveram próximos no espaço e no tempo, mas não se encontram, malgrado a admiração de Marx pelo etnólogo Morgan.

No Brasil alguns intelectuais no século XIX se interessaram pelo estudo das tradições populares, a exemplo de José de Alencar e Silvio Romero, sobretudo a partir de 1870; todavia com o século XX, não obstante as incursões de Mario de Andrade e Roger Bastide nas décadas de 30 e 40, o folclore não foi levado a sério pelas teorias do desenvolvimento e os cursos de ciências humanas, correndo por fora da Cepal e do ISEB.

No início de sua carreira, Florestan Fernandes escreveu sobre folclore e etnologia; todavia da segunda metade dos anos 50 em diante abandonou essa perspectiva demonológica por outros temas como “mudança social”, “sociedade de classes”, “subdesenvolvimento”, etc. Sua interpretação sociológica do folclore, fundada na antinomia entre “cultura civilizada” e “cultura folk”, em que o progresso da megalópole paulista far-se-á com a desagregação da cultura popular luso-brasileira, acaba por se reverter em um caráter elegíaco, sublinhando a agonia e o desaparecimento do folclore em São Paulo, onde o folclore deixa de ser uma herança social em função da supremacia do cosmopolitismo. A cidade vê com bons olhos, e não como algo negativo, a desagregação da cultura popular.

A visão elegíaca do folclore tornar-se-ia um dado incontestável nos cursos de ciências sociais, de que resultou a prática, na sociologia universitária, de um discurso anti-coloquial, refratário às locuções populares, às frases feitas, aos adágios falados pelo povo no dia a dia. Com a obsessão da sociedade de classes na cabeça, Florestan Fernandes não escreveu nada sobre

Luis da Câmara Cascudo, assim como o marxista Caio Prado Júnior, e o weberiano Sérgio Buarque de Holanda, não foram pródigos em citar a obra do folclorista potiguar, talvez porque não encontrassem da parte de Mario de Andrade, que morreu em 1955, o devido esclarecimento da importância acerca da reflexão de Luis da Câmara Cascudo para o conhecimento da totalidade da sociedade brasileira.

Marxismo. Webernália. Estruturalismo. Contracultura. Pós-modernismo. Nada disso atentou para a gnose cascudiana, relegando-a a um saber ingênuo, conservador, despolitizado, quando na verdade nela está condensada a melhor memória que o Brasil já possuiu desde 1918, anunciando a síntese do erudito e do popular, de modo que faz sentido perguntar o motivo pelo qual Mario de Andrade e Luis da Câmara Cascudo não foram o Marx e o Engels do folclore.

Natal, hóspede em 1928 na casa de Cascudo o escritor paulista fechou o corpo num catimbó, antes de escrever Macunaíma (Macunaíma era Cascudo?) se empolga por um catador de coco, mas não atina para a filosofia popular brasileira que estava sendo feita em Natal, não perdendo de vista o binômio tradição “o processo divulgativo do conhecimento popular ágrafo” e região, atentando-se porém às permutas universais do folclore, mostrando que este não se limita à “idiotia rural” ou a um espetáculo arcaico, anedótico, pitoresco e “exotique”. Ademais, na família do folclore entram Homero e Dante. Alta erudição. Aos intelectuais de modo geral a palavra “popular” é simpática, na razão inversa do preconceito acerca da palavra folclore. Embora este, em tradição correta, seja cultura popular, Luis da Câmara Cascudo adverte que todo folclore é popular, mas nem todo popular é folclore, o que permite compreender como a indústria transnacional da cultura aproxima-se do popular para banalizá-lo de maneira boçal e manipuladora.

É preciso deixar de lado a concepção vulgar de que a indústria mata o folclore. Destarte, o fato folclore é anterior ao antagonismo entre capital e trabalho assalariado. Prefaciando Os Contos Tradicionais do Brasil “Ciência da psicologia coletiva, cultura do geral do homem, da tradição e do milênio na atualidade,

do heróico no cotidiano, é uma verdadeira história normal do povo”.

As ciências sociais ensinadas nas universidades, variando o tempero Marx-Weber-Durkeim, não demonstram a menor sensibilidade para a memória e a imaginação no povo, desconhecendo o folclore “As an Historical Science” sobretudo no país mais folk do mundo, conforme percebeu Roger Bastide, talvez o único na USP a estudar em profundidade o inconsciente popular. Franz Boas, antropologista, é um dos patronos da American Folklore Society. Sem folclore não era possível “The Mind of Primitive Man”, lembra Cascudo gozando seus coleguinhas “revolucionários” na área de ciências sociais. A universidade sente-se constrangida em lidar com a memória do povo. Da década de 50 em diante reforça-se cada vez mais a impossibilidade de juntar o folclore e o marxismo. Este no Brasil se deixa seduzir pela Cepal energizada pelo combustível petróleo.

Nenhum medalhão universitário, marxista ou não, deu atenção à Dinâmica do Folclore de Edson Carneiro: “os fenômenos do populário têm, não apenas a marca do passado, mas o sinal do presente e do futuro”. O marxista Edson Carneiro tem o mérito de sublinhar que o folclore é a base da superestrutura cultural da sociedade brasileira, alertando para o equívoco de identificar o fato folclórico com miséria, roça e analfabetismo, embora seja inegável a predominância oral na tradição popular. Edson Carneiro apontou para o vício da linguagem acadêmica no ensino universitário das ciências sociais, em que até mesmo os professores marxistas são vítimas da ideologia da escrita, isto é, a atitude anti-oralidade na produção linguística dos textos sociológicos como se a dicção oral compromettesse o padrão científico da comunicação em sociologia. A essa ideologia da escrita junte-se a tirania do método, resultando daí o menosprezo da regionalidade, pois a inserção regional da psiquê popular significa antes de tudo ambiência acústica e vozes.

Luis da Câmara Cascudo nunca se arrependeu de ter escrito 150 livros de rigorosa pesquisa empírica sem utilizar nenhum método. Para ele o folclore não foi descoberta livresca. O convívio com o povo valeu-lhe mais do que a biblioteca. Folclore é língua. Alfabeto. Dicionário. O ouvido apuradíssimo de Cascudo foi elogiado pelo maestro Villa Lobos. Sem esquecer o olho firme,

as coisas vistas, existe na prosa cascudiana a função precípua do ouvido, tanto que ele refere-se aos seus livros através da expressão “volumes sonoros”. É dessa matriz acústica que se observa a distância que se interpõe entre o folclore e o marxismo.

Nos autores clássicos do marxismo (Marx, Engels, Trotsky, Lênin), tanto quanto na Kulturkritik de inspiração hegeliano-marxista, a palavra superstição aparece invariavelmente com sentido pejorativo, sinônimo de alienação, ao contrário do que se observa em Câmara Cascudo, para quem a essência da cultura popular é o pressentimento ou a intuição supersticiosa, que está no “uomo qualunque” e no Hamlet de Shakespeare, preocupado com a existência do mal olhado.

Não faz sentido acusar o folclore de um saber a-histórico porque enfatiza a presença do crono (o tempo) sem o clio (história): “Dar adeus e saudar com a mão agitada ou tocar levemente na fronte não tem idade”. Ora, o tempo sem história, ora o primado do espaço geográfico sob o tempo histórico, como em seu livro *Made in África*: diz ele que foi à África para ver o sol se por do mar, ao contrário do Brasil onde o sol nasce no mar.

Se a presença da natureza é exígua nos textos dos marxistas cepalinos, cegos em relação ao trópico, é visível a impregnação dos quatro elementos na reflexão cascudiana, dando ênfase sobretudo ao “ar” como elemento definidor da psicologia popular do homem brasileiro, a exemplo do que se verifica no livro *Tradição, Ciência do Povo*. Destarte, seu estilo de escrever se vale de metáforas aquáticas. Água, muita água na sabedoria do folclore: rio, mar, okeanus. Recorde-se a frase estupenda: “o mar é o avô do homem”. Enquanto nossos indígenas não conheciam o mar alto, os escravos africanos aportavam aqui de navio. Indo visitá-lo pela primeira vez, 1983, Natal, querendo saber se conhecia ou não o rio Amazonas, tomei a coragem para formular a pergunta: “- o senhor sabe nadar?” Direta foi a resposta: “Que nada! Banho só de chuva!”

Ponho reparo na metáfora Cascudo-peixe, encontro das águas, a fim de indagar o que de mais característico prepondera no conjunto dos nossos mitos e superstições, de que resulta uma determinada unidade, cuja presença é tangível, ainda que difícil identificação. Isso porque são várias as correntes espirituais que se

sucedem na conformação do homem brasileiro como um tipo miscigenado mental e de incomum capacidade de adaptação funcional. Daí justificar-se a procura do ponto de fusão dessa miscigenação simbólica, da qual a obra de Luis da Câmara Cascudo é o reflexo conceitual e imagético, reconhecendo sua vocação intelectual à unidade, pois o autor incorpora-se ao movimento dos mitos e credices, seguindo a errância territorial do folclore. Esse movimento incessante é estudado no entanto por um gênio que não emigra de sua província, permanecendo lá em Natal, pouso, moradia, tenda, bolibana.

Por mais que seu pensamento não apresente dimensão sistemática, nem se valha de nenhum método, é evidente que de seus textos surgem determinadas formulações a respeito do imaginário coletivo brasileiro, conforme se verifica num de seus últimos trabalhos, *A Sociologia do Açúcar*, no qual trata de música sem lhe conferir papel determinante no processo formador de mitos e credices. *Batucada* não determina os cultos negros no litoral urbano. São Jorge chega a cavalo, Ogum chega a pé. Sobre a natureza do encontro de santos e imagens, Cascudo afirma que as entidades místico-religiosas diferentes correm paralelo, indo além da abordagem do sincretismo, porquanto os santos e imagens (Olorum e Padre eterno) às vezes se misturam, mas outras vezes mantém autonomia. Cruz e figa. Cosme e Damião. Para essa dualidade funcional Cascudo propõe o conceito de xifopagia, embora seja incisivo ao defender a tese de que no Nordeste feitiço negro é de fabricação européia. Oitenta por cento dos processos de enfeitiçamento e bruxaria no Brasil são de origem européia. Ele coloca ênfase no processo aculturativo que embaralha os resultados da tríade étnica: a unidade afirmar-se-á no leito fluvial, lançando mão de imagens fluidas e talássicas, para a impossibilidade de identificar na foz das águas dos rios confluente. Cada afluente da tríade étnica é soberano, no sentido de uma autarquia cultural. Essa tríade está no som, está na comida, está na jangada, “três traves atadas entre si”. Uma vez na cidade, índio não voltará à maloca. Retorno impossível. Enquanto o negro, plástico para a cultura, é capaz de pilotar foguete à lua e voltar para o candomblé.

Que se retenha o realce dado à emissão poderosa da voz do negro, em contraste com a acústica rouca indígena. A importância

do ouvido. Andar às vozes. Retentiva oral. Impossível pesquisar o Brasil pelas escritas e letreiros semi-apagados dos monumentos. Para Cascudo, o tempo brasileiro é mais “densidade aquosa nas áreas do espaço” do que tempo duração. Essa medida cronológica das coisas ocupa suplência na linguagem popular brasileira. O que pega mais no folclore é o território físico. O folclore errático, irregular, infixo, deflagrando a diáspora em toda extensão geográfica. Da terra aos ares.

Um médico do Recife, Eduardo Wanderley, o chamou de “alquimista do cotidiano”, sem esquecer que a ciência cascudiana prima pela análise da rotina, da normalidade funcional e diária, como é o caso da comida. O que se come no dia a dia. Depois de 50 anos de reflexões e anotações, cinco vezes a mais do que Karl Marx demorou para esclarecer O Capital, Luis da Câmara Cascudo privilegiou a boca como o órgão mais importante ao conhecimento da civilização brasileira. Citando a Bíblia: “todo trabalho do homem é para sua boca”. O de comer é também alimento do espírito. Fundamental ao entendimento do que somos. Luis da Câmara Cascudo convidou Josué de Castro, trabalhista histórico, conforme lembrou-me outro dia Leonel Brizola, para escrever em parceria A História da Alimentação no Brasil. Troca de cartas. Correspondências. Não deu em nada o convite. “Josué pesquisava a fome e eu a comida. Interessavam-lhe os carentes e a mim os alimentados, motivos que hurlient de se trouver ensemble”. O rango, como diz a gíria popular, precede a linguagem. Ou seja: o fagos vem antes do fonos. O problema da chamada economia política é ignorar que a farinha de mandioca alimentou os jagunços de Canudos e os cabras de Lampião. Retrocedendo no tempo, o grande mestre assegura que a fome não veio com as caravelas de Cabral, assim como não existia fome entre os índios.

No final de 1950 surgiu, tanto no exterior quanto no Brasil, a idéia equivocada de que o desenvolvimento mataria o folclore, devido à maquinália industrial, quando não se vaticinou que o folclore seria um ópio para anestesiá-las as massas exploradas. O folclore foi visto sob o ângulo do arcaico, daquilo que está isolado da vida ativa, de modo que não se cogitou da via folclore do desenvolvimento, culminando com o fato de que o dia nacional do folclore foi decretado por um general depois de 1964. Não houve

portanto motivação para questionar a dicotomia estabelecida entre o Estado oficial e o folclore não oficial, como se houvesse total incompatibilidade do poder do Estado com dinâmica da cultura popular. Assim, deixou-se de lado a reflexão sobre o lugar do folclore na sociedade brasileira, ou seja: o folk na polis, Folkpolis. Meu amigo Francisco Vasconcellos costuma dizer com toda razão: "Tudo aqui é folclore menos o folclore". Lamentavelmente ninguém atinou para o modelo econômico e político extraído do folclore, embora este seja língua entre nós. Dicionário.

Para finalizar este ensaio, é mister acrescentar que existe o argumento de que os estudiosos do folclore nunca tematizam a exploração colonial e imperialista do país, que é a essência da vida coletiva brasileira. Sim, é verdade, nunca encontrei a questão política do colonialismo na obra de Luis da Câmara Cascudo, embora isso não queira dizer que ele seja um intelectual colonizado, para quem o Brasil está fadado a seguir o que já foi feito pela Europa e Estados Unidos. Ainda que não seja o momento agora de levar adiante a reflexão, convém lembrar que o encontro do folclore com o marxismo foi realizado, enquanto práxis artística, no cinema de Glauber Rocha, cineasta que possivelmente nunca leu os livros de Luis da Câmara Cascudo, assim como este não assistiu aos filmes do diretor de "Deus e o Diabo na Terra do Sol".

A importância de Luis da Câmara Cascudo para o professorado é enorme. Antes de tudo, porque durante 40 anos foi professor em Natal, primeiro no Liceu, depois na universidade do Rio Grande do Norte. Morreu no ano de 1986 completamente despercebido pelos homens da cultura do país. Um vexame para a inteligência nacional, pois a obra de Cascudo poderia alfabetizar os meninos do Brasil através da ciência do povo. Continuará professor mesmo depois de morto. Ele nos legou uma didática sem paralelo na história das ciências do homem. Livros que contêm ensinamentos e informações sobre o dia-a-dia do povo brasileiro.

Se alguém quiser saber se jacaré dorme à noite, se a jangada tem parafuso, ou de onde vem o lobisomem, ou como nasceu o sacy pererê, basta consultá-lo. Uma das razões do boicote à sua obra foi a maldita questão do método, a bobagem em torno do método, o imperialismo do método. Nunca ele se arrependeu de

não ter tido método em seus 150 livros. Ninguém até hoje apontou-lhe um erro, um defeito, um deslize, sequer um cochilo de Homero que fosse. Evidentemente isso causa inveja nos medíocres, sobretudo nos cientistas que não sabem escrever. Digo isso porque Luis da Câmara Cascudo é um dos melhores escritores da literatura brasileira. Então, como ocorre muitas vezes, o doente é sepultado vivo porque o médico garantiu que ele estava morto.

Graças a Deus Cascudo morreu como passarinho. Boa morte. Nenhuma hipertonia da mala morte ou da morte macabra. Ele morreu de morte morrida. Natural.

Se a ciência não for útil ao homem, ela não presta. Então a utilidade pedagógica está no entendimento. O conhecimento vive de sua comunicação. Mas precisa ser um asno completo para não entender uma página de Luis da Câmara Cascudo. Apesar disso tudo, morre o sábio mais velho do século, mais velho do que o século, e a imprensa não sabe o que dizer a respeito. Assim como a Academia de Letras, o Ministério da Cultura, do Planejamento, da Tecnologia não dizem absolutamente nada. E há nada que são tudo.

Se estivéssemos num outro país menos cruel em relação aos seus gênios, ele deveria ser o professor oficial do MEC, espécie de Master Plan Cultural, a geografia do folclore – do Acre ao Rio Grande do Sul. A memória do povo brasileiro todinha está contida em sua monumental obra que foi realizada de 1918 a 1980. E, como ele diz, a memória é a imaginação no povo.

Em termos de pesquisa na cultura popular do Brasil, ele sem dúvida é imbatível. Humor. Profundidade. Assuntos incríveis tais como o prelúdio da cachaça, coisas que o povo diz, conceito sociológico do vizinho, a vaquejada nordestina, a jangada, o limão verde, o prestígio da mulher feia, o mistério da antipatia, o senhor caco de vidro, o peixe-boi cordial, o direito da pulga, a sedução do automóvel, o salário do progresso.

As credices como o Lobisomem, o Sacy Pererê, o Curupira, o Papa Figo, o Diabinho da Mão Furada, não são credices inventadas por ele, pois existem há milênios espalhadas pelo mundo. Nosso folclorista só teve o nobre trabalho de introduzir o regional no universal e vice-versa. Em qualquer lugar, o povo é um clássico que sobrevive. Super-stitio significa justamente aquilo que sobrevive. Ora, o folclore é uma disciplina

que trata da contemporaneidade do milênio, de modo que o folclore é the lore of the people, ou seja, a sabedoria do povo. Saber que sabe, eis o grande lance.

Claro que haverá um folclore dos astronautas assim como já existe um folclore dos chauffers de automóveis e pilotos de aviões. Por falar nisso, o astronauta desce/sobe da lua com uma figa no bolso, os transatlânticos dispensam até hoje o número 13 em suas poltronas, os nossos indígenas depois de cinquenta anos descoberto o Brasil só saíam de noite com um tição aceso na mão. Inútil pensar que o desenvolvimento industrial anula o folclore, ou que a superstição seja coisa de gente burra ou desinformada, superstição existe no Goethe ou num caixara sem INPS. Fatalmente existirá, se é que já não existe, um folclore da secretária eletrônica. As novidades no mundo são antigas. Vinte mil anos. Mostrar a língua era desaforo três séculos antes de Cristo em Roma.

Um escritor que demora 40 ou 50 anos preparando alguns livros não vai absolutamente esquentar a cabeça com a indolência do nosso público intelectual. Ele dizia que sua função de escritor era que nem a função de mamoeiro, ou seja, produzir mamão. O resto é silêncio.

Ninguém viajou tanto no pós-mortem. Não conheço outro autor que tivesse vivenciado aquilo que o padre Antônio Vieira chamou de privilégio do morto. O nome de um livro seu tão deliciosamente esquisito como ANUBIS significa a Casa Eterna dos Mortos. Aí está dito, e repetido em outros textos, que a morte existe; os mortos não. Nascido no ano em que nasceram Luís Carlos Prestes e Lampião, Cascudo viu muita gente morrer, mas ele não tinha medo de morrer. Neste espelho o morto é o juiz que revela os vivos.

A chamada ciência política precisa urgentemente descobrir o gênio do folclore que foi 30 anos professor de Direito Internacional. À parte a catapora da popularidade forjada pelos meios de comunicação de massa, é inconcebível uma Constituinte no Brasil sem o folclore de Luis da Câmara Cascudo. Um atraso. Um erro. Um crime. Assim como já se cogitou um dia em materializar a obra teórica de Karl Marx, seria plausível que a sociedade brasileira fosse um reflexo da gaya sciencia de Luis da Câmara Cascudo, o pelegrino das Américas, de quem se pode dizer

que estudou na universidade do tempo, leu pelos livros da experiência, e se graduou com os anos.

Uma sociedade sem desigualdade de classes no Brasil teria que ser essencialmente folclórica. E, por incrível paradoxo, o folclore não é subversivo, embora possua muita coisa revolucionária, principalmente no Brasil, que é o país mais folk do planeta.